

Proposta de 25% permanece

BRASÍLIA — Na proposta de ajuste fiscal encaminhada para aprovação do presidente José Sarney, a área econômica do governo decidiu manter a determinação de os estados e municípios pagarem 25% de suas parcelas de dívida externa assumida pela União. A informação foi dada ontem pelo secretário do Tesouro, Luís Antônio Gonçalves, explicando que, caso se decida pela redução deste percentual, terá que haver uma modificação de toda a proposta de ajuste fiscal, com cortes em outras áreas, para viabilizar a meta de zerar o déficit público no próximo ano.

A Secretaria do Tesouro, no entanto, considera indispensável que estados e municípios paguem parte de sua dívida externa já que, há cinco anos, a dívida vem sendo assumida pela União, sem qualquer ônus para os governos municipais e estaduais. Além disso, segundo Gonçalves, o governo federal vai rolar, em 1989, apenas 43% de sua dívida

externa, cabendo 75% aos estados e municípios.

Simples — De acordo com os dados do balanço de pagamentos, o Brasil teria que pagar, em 1989, com serviço da dívida externa, US\$ 25,5 bilhões. Com a rolagem de 43%, remeterá ao exterior US\$ 14 bilhões, adiando o pagamento de cerca de US\$ 11 bilhões. Já a administração direta dos estados e municípios pagará, em 89, US\$ 882 milhões, referente ao estoque de 25% e mais US\$ 256 milhões de serviço da dívida vencida no ano.

Para Luís Antônio Gonçalves, a União não está pedindo qualquer absurdo aos estados e municípios que, até hoje, não haviam pago nenhuma parcela de sua dívida, nem de juros nem de principal. Para ele o ajuste proposto pela área econômica, possibilitará zerar o déficit público em 1989. E assim, reduzir os gastos do governo com a sua dívida interna.

15 NOV 1988

JORNAL DO BRASIL